

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 26 a 28/04 – Sessão deliberativa

Na terça-feira (26), o Congresso Nacional realiza Sessão Solene, às 15h30, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 118/2022, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 517/2010 (Senador Alvaro dias), que dá nova redação às alíneas "b" e "c" do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Na quarta (27), é prevista outra Sessão Solene, às 15h, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 119, de 2022, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2021 (Senador Marcos Rogério), que acrescenta o art. 115 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Estados o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, no exercício financeiro de 2020, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.

No dia 28 (quinta-feira), é prevista sessão para deliberação de projetos de lei orçamentários e vetos.

Resultado: O Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (28) três projetos de lei sobre temas orçamentários (PLNs). Um dos textos aprovados foi o PLN 3/2022, que destina a estados e municípios recursos arrecadados com leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa da Petrobras, em áreas não concedidas do pré-sal. O valor ficou em R\$ 7,7 bilhões.

O Plano Safra, de fomento à produção rural brasileira, receberá R\$ 868,5 milhões a partir da aprovação do PLN 1/2022. O dinheiro vai atender o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além de operações de custeio agropecuário, de comercialização de produtos agropecuários e de investimento rural e agroindustrial.

O PLN 2/2022 permite ao Poder Executivo reduzir os tributos sobre combustíveis sem a necessidade de compensar a perda de arrecadação. O texto também adapta a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 às novas regras para pagamento de precatórios e possibilita o bloqueio de despesas discricionárias. Agora, o projeto segue para a sanção.

Durante a sessão, também foi decidido pela manutenção da maioria dos vetos apreciados. Um deles é o veto parcial (VET 15/2022) à Lei 14.311, de 2022, que determina o retorno ao trabalho presencial das gestantes com esquema vacinal completo contra o coronavírus. A lei, originária do PL 2.058/2021, disciplina o trabalho das grávidas não imunizadas quando a atividade não puder ser feita à distância — questão até então não prevista na Lei 14.151, de 2021, que trata do afastamento da empregada gestante durante a pandemia.

SENADO FEDERAL

Plenário – 26 e 27/04 – Sessão deliberativa

Consta na pauta do Plenário do Senado desta terça-feira a MP 1075/2021, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos. Os senadores também poderão votar o **PL 3825/2019**, que disciplina os serviços referentes a operações realizadas com criptoativos em plataformas eletrônicas de negociação. Destacam-se ainda outras duas matérias que foram incluídas na pauta:

- PL 5647/2019, que confere ao município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional da Soja.
- PL 2991/2019, que altera a Lei de Acesso à Informação e a Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, para garantir pleno acesso a informações relacionadas a parcerias com organizações da sociedade civil mantidas pelos órgãos e entidades da administração pública envolvidos na materialização do respectivo instrumento.

Na pauta de quarta-feira, constam, entre outros:

- MP 1077/2021, que cria o Programa Internet Brasil, para garantia do acesso à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica pública com famílias inscritas no CadÚnico.
- PL 4059/2021, que altera a Lei nº 12.232/2010 (Lei de Licitações de Publicidade), para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: Em votação simbólica, o Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (26) a regulamentação do mercado nacional de criptomoedas. O texto, que volta agora para análise da Câmara dos Deputados, é o substitutivo apresentado pelo relator, o senador Irajá (PSD-TO), ao PL 4.401/2021. A proposta traz diretrizes para a “prestação de serviços de ativos virtuais” e regulamenta o funcionamento das empresas prestadoras desses serviços.

O substitutivo apresentado por Irajá incorporou ideias de outros projetos sobre o mesmo tema: o PL 3.825/2019, do senador Flávio Arns (Podemos-PR); o PL 3.949/2019, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN); e o PL 4.207/2020, da senadora Soraya Thronicke (União-MS). O texto original do PL 4.401/2021 é de autoria do deputado federal Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ). Para acessar o parecer final, [clique aqui.](#)

O Senado aprovou e seguiu para sanção presidencial a MP 1077/2021, que cria o Programa Internet Brasil, para proporcionar acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos com famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Poderão ter acesso ao benefício os estudantes da educação básica matriculados na rede pública, nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, e nas escolas especiais sem fins lucrativos.

Comissão de Direitos Humanos (CDH) – 25/04 – 10h

Audiência pública sobre Democracia e Direitos Humanos: violação aos direitos humanos dos povos indígenas. Entre os convidados, está Alisson Marugal, Procurador da República da Procuradoria da República no Estado de Roraima.

Resultado: Para acessar o vídeo da audiência realizada, [clique aqui](#).

Segundo o procurador da República em Roraima, Alisson Marugal, o atual momento na terra ianomâmi chega a ser pior do que na década de 1980, quando mais de 40 mil garimpeiros invadiram o território e a demarcação não tinha sido homologada. Ele afirmou que o Ministério Público tem emitido alertas sobre o conflito desde o ano passado, mas que, por outro lado, os meios de fiscalização e penalização dos infratores têm sido fragilizados. Ele disse que o enfrentamento das ilegalidades encontra ainda mais resistência por contar com o apoio da população e de lideranças locais.

— Quase todas [as reservas de ouro do estado de Roraima] estão concentradas no território ianomâmi, o que demonstra muito bem o perigo que esse território corre sem uma efetiva política de proteção territorial. Sabemos que o garimpo hoje é uma estrutura industrial; não existe nada de rudimentar ou artesanal. Hoje há uma grande indústria do garimpo com seus financiadores, que são efetivamente quem ganha dinheiro nessa atividade. Há os donos de maquinários, os apoiadores logísticos, os pilotos de avião, as empresas de transporte aéreo, os receptadores de ouro nos escritórios confortáveis de São Paulo que compram o ouro de Roraima, e os garimpeiros. Há mais de 20 mil garimpeiros no território indígena, muitas vezes alguns deles em regime de trabalho escravo — disse Alisson Marugal.

O procurador afirmou que o combate efetivo a esse problema só será possível com uma grande operação interagências, dentro e fora de terra indígena, inclusive com a destruição de toda a estrutura logística desse esquema.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 26 a 28/04 – Sessão deliberativa

Na última semana de abril, a Câmara dos Deputados pode analisar quatro Medidas Provisórias:

- MP 1076/2021, que institui um benefício extraordinário para complementar o valor do Auxílio Brasil até chegar a R\$ 400 por família.
- MP 1079/2021, que dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.
- MP 1080/2021, que amplia as finalidades de uso dos recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol) para permitir o financiamento de um plano de saúde para os servidores do órgão.
- MP 1089/2021, que reformula a legislação sobre aviação civil, acabando com a diferença entre serviços aéreos públicos (transporte comercial regular) e serviços privados (sem remuneração e em benefício do operador), além de mudar valores e tipos de ações sujeitas a taxas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Entre as demais proposições que constam na pauta, destacam-se:

- PL 4251/2021, que cria um programa de apoio a projetos ligados à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, usando recursos de doações dedutíveis do Imposto de Renda.
- PL 8518/2017, que altera a Lei Geral das Antenas para prever o licenciamento temporário de equipamentos de infraestrutura de telecomunicações em áreas urbanas, como antenas de telefonia celular.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: Vinte e duas das 25 comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram seus presidentes nesta quarta-feira (27). A eleição ocorreu com atraso neste ano

em razão das trocas de partido ocorridas até o último dia 1º (janela partidária), que afetam a indicação dos integrantes dos colegiados.

O deputado Arthur Oliveira Maia (União-BA) foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Ele substitui a deputada Bia Kicis (PL-DF) no cargo. Para as demais comissões, foram escolhidos:

- Minas e Energia: Fabio Schiochet (União/SC)
- Educação: Kim Kataguri (União/SP)
- Esporte: Delegado Pablo (União/AM)
- Cultura: Professora Rosa Neide (PT/MT)
- Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia: João Daniel (PT/SE)
- Legislação Participativa: Pedro Uczai (PT/SC)
- Seguridade Social e Família: Pinheirinho (PP/MG)
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Covatti Filho (PP/RS)
- Finanças e Tributação: Marco Bertaioli (PSD/SP)
- Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços: Sidney Leite (PSD/AM)
- Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Milton Coelho (PSB/PE)
- Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Denis Bezerra (PSB/CE)
- Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Desenvolvimento Rural: Giacobbo (PL/PR)
- Defesa dos Direitos da Mulher: Policial Katia Sastre (PL/SP)
- Defesa do Consumidor: Silvio Costa Filho (Republicanos/PE)
- Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Pedro Vilela (PSDB/AL)
- Trabalho, Administração e Serviço Público: Leônidas Cristino (PDT/CE)
- Fiscalização Financeira e Controle: Paulinho da Força (Solidariedade/SP)
- Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado: Aluisio Mendes (PSC/MA)
- Direitos Humanos e Minorias: Orlando Silva (PCdoB/SP)
- Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência: Professor Joziel (Patriota/RJ)

As comissões de Desenvolvimento Urbano, de Viação e Transportes e de Turismo adiaram para as escolhas para a próxima semana.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a MP 1089/2021, que reformula a legislação sobre aviação civil. A MP acaba com a diferença entre serviços aéreos públicos (transporte comercial regular) e serviços privados (sem remuneração e em benefício do operador), além de mudar valores e tipos de ações sujeitas a taxas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O texto será enviado ao Senado.

A Câmara dos Deputados também aprovou a MP 1076/2021, que institui um benefício extraordinário para complementar o valor do Auxílio Brasil até este chegar a R\$ 400 por família. A MP será enviada ao Senado.

GT do anteprojeto do novo Código de Processo Penal – 26/04 – 10h

Reunião para apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "c" do Roteiro de Trabalho.

Título VI (Da Competência) - art. 124.

(Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO) - Relator

Deputada Margarete Coelho (PP/PI) - Coordenadora

Resultado: Criado no ano passado, o Grupo de Trabalho do novo Código de Processo Penal (CPP) da Câmara dos Deputados retomou os trabalhos nesta terça-feira (26). O novo texto, que foi elaborado por uma comissão de juristas reunidos pelo Senado, vem sendo analisado desde 2019.

O relator do Grupo de Trabalho do novo CPP, deputado João Campos (Republicanos-GO). Nesta semana, foi divulgada a consolidação do art. 124 ao 193. Para acessar, [clique aqui](#).